

**Guia de Estudos:
Gabinete Soviético (16-28 Outubro, 1962)**

Diretora

Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira

Assistentes

Bruna Oliveira Santiago
Naiara Serpa Rocha

Apresentação

Bruna - Meu nome é Bruna Oliveira Santiago e atualmente estou cursando o segundo período do curso de Relações internacionais da PUC Minas. O primeiro contato que tive com o Mini-Onu foi em 2008, quando exerci a função de voluntária. No presente momento, na 9ª edição do evento, tenho a oportunidade de participar como diretora assistente ao lado de Naiara Serpa Rocha. Tenho certeza de que os delegados estarão devidamente preparados, pois dessa forma o nosso comitê será um sucesso! Portanto, desejo a todos uma excelente simulação e que vocês apreciem o Gabinete Soviético.

Naiara - Chamo-me Naiara Serpa Rocha, estou no 3º período do curso de Relações Internacionais. É com grande prazer que participo deste comitê e espero que seja uma ótima experiência tanto para diretores quanto para todos os delegados. Esse é o segundo ano que participo do MINI-ONU. Agradeço à direção do modelo pela oportunidade de ser diretora assistente e espero ser útil e aprender muito com todos. Um forte abraço e um ótimo MINI-ONU para todos!

Raquel - Meu nome é Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira, sou aluna do 6º período de Relações Internacionais na PUC Minas. Meu envolvimento com o MINI-ONU teve início em 2004, quando participei como delegada, e meu gosto por modelos se intensificou em 2006, quando tive a oportunidade de ser voluntária no 7º MINI-ONU. Já em 2008, tive a experiência singular de ser diretora assistente no primeiro joined committee do MINI-ONU, unindo a Assembléia e o Conselho da Liga das Nações. Dando prosseguimento ao que promete se tornar uma tradição muito proveitosa, esse ano formulei, em conjunto com a Ana Caroline, um novo joined committee, em que os gabinetes americano e soviético dialogarão no contexto da Crise dos Mísseis. Desejo a vocês uma excelente simulação, e que esse comitê possa despertar seu apreço pelo mundo da modelagem e, quiçá, da diplomacia.

SUMÁRIO

1. Introdução	03
2. Breve contextualização histórica	03
2.1. O fim da Segunda Guerra Mundial	03
2.2. O início da Guerra Fria	04
2.3. A Revolução Cubana e a aproximação com a URSS	07
3. A Crise dos Mísseis em Cuba	09
3.1. As causas da instalação dos mísseis soviéticos em Cuba	10
3.2. Os possíveis cursos de ação dos EUA	14
3.2.1. Inação	15
3.2.2. Pressões políticas	15
3.2.3. Abordagem secreta a Fidel Castro	16
3.2.4. Invasão	16
3.2.5. Ataque aéreo	16
3.2.6. Bloqueio	17
3.3. Os possíveis cursos de ação da URSS	18
3.3.1. Inação por parte dos EUA	19
3.3.2. Pressões políticas por parte dos EUA	19
3.3.3. Abordagem secreta por parte dos EUA a Fidel Castro	20
3.3.4. Invasão de Cuba pelos EUA	20
3.3.5. Ataque aéreo a Cuba pelos EUA	21
3.3.6. Bloqueio de Cuba por parte dos EUA	22
4. Ferramentas teóricas	23
4.1. A barganha política e a guerra nuclear	23
4.2. A escalada do conflito	26
5. O gabinete soviético	27
6. Posições dos membros dos gabinetes	29
Referências bibliográficas	35

1- Introdução

A Crise dos Mísseis, que ocorreu na segunda metade de outubro de 1962, foi um evento único na história humana. Nunca antes ou depois houve tamanho risco de uma destruição tão devastadora, com conseqüências tão vastas para tantas pessoas. Durante 13 dias, os dirigentes soviéticos e norte-americanos se inquietaram e afligiram, buscando fazer escolhas que impedissem a deflagração de uma guerra nuclear.

É esse momento singular que se pretende apresentar neste Guia de Estudos. Deve-se notar que as informações aqui contidas estão longe de esgotarem o tema, e, portanto, os delegados são aconselhados a buscarem outras fontes, que existem em profusão, muitas das quais estão indicadas nas referências bibliográficas.

2- Breve contextualização histórica

2.1- O fim da Segunda Guerra Mundial

Os resultados da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) moldaram, em grande medida, os eventos marcantes da segunda metade do século XX. A derrota do Eixo só foi possível devido à atuação do Exército Vermelho soviético, que invadiu e conquistou os domínios alemães até ocupar Berlim. Ao final da guerra, apenas o Japão persistia na luta, o que teve fim com a detonação das bombas de Hiroshima e Nagasaki, resultando na capitulação japonesa em 2 de setembro de 1945.

Os acordos de paz foram formulados em duas grandes conferências, Ialta e Potsdam, segundo as diretrizes dos representantes dos três principais Aliados vitoriosos, Stalin, pela União Soviética (URSS), Roosevelt e, em seguida, Truman, pelos Estados Unidos (EUA), e Churchill, pela Inglaterra. Nesses acordos, foram determinadas as medidas a serem adotadas com relação aos vencidos e, neles, delineou-se a divisão do mundo em esferas de influência.

Segundo Hobsbawm (2001), as linhas que dividiram a Europa a partir de então foram traçadas devido às negociações que ocorreram entre 1943 e 1945 e garantiram grande espaço de atuação para a URSS, uma vez que a derrota da Alemanha só seria possível com a participação do Exército Vermelho (HOBBSAWM, 2001). A principal expressão da divisão das zonas de influência foi a própria Alemanha, cindida em quatro áreas sob ocupação soviética, norte-americana, inglesa e francesa (AQUINO, 2000). Além disso, a capital alemã, Berlim, foi dividida em duas zonas, uma sob o controle soviético, de molde socialista, e uma sob o controle norte-americano, de natureza capitalista. Berlim foi, por isso, um ícone da Guerra Fria e da bipolaridade que orientou a política internacional até o fim da década de 1980.

Outro importante ponto das negociações do pós-guerra foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja carta de criação foi assinada em 26 de junho de 1945. A ONU foi fundada com o objetivo de promover a cooperação internacional, adaptando o modelo já lançado com a Liga das Nações no entre-guerras. Apesar de sua importante atuação em temas ligados ao desenvolvimento social e econômico, a ONU teve desempenho profundamente limitado em temas de segurança até o fim da Guerra Fria, uma vez que a dinâmica da bipolaridade impedia o consenso em resoluções que envolvessem interesses contrastantes dos EUA e da URSS. Isso se deveu à estrutura decisória da organização, principalmente no interior do Conselho de Segurança, onde cinco membros, URSS, EUA, Inglaterra, França e China, possuem assento permanente e poder de veto.

2.2- O início da Guerra Fria

Nesse contexto, começou a se expressar o conflito que se tornou conhecido como Guerra Fria, moldado pela oposição entre URSS e EUA. Sua essência era claramente ideológica, mas as motivações de ambas as partes para se engajarem na disputa podem ser entendidas a partir de considerações

de segurança, em que as divergências ideológicas desempenham pequeno papel.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a Alemanha derrotada e os países da Europa Ocidental desestabilizados pelas profundas perdas econômicas e sociais decorrentes dos esforços militares, não havia na arena européia qualquer país capaz de fazer frente à URSS. O mesmo ocorria no Nordeste Asiático, onde o Japão fora derrotado e a China enfrentava problemas internos que levaram à guerra civil. Assim, a URSS encontrava poucos obstáculos a sua expansão no continente, o que apresentava ameaça direta aos interesses norte-americanos. Isso criou vastos incentivos para que os EUA adotassem sua *política de contenção*¹, como ficou cunhado, já em 1946 (MEARSHEIMER, 2001).

De fato, desconsiderando-se essas questões de segurança, os EUA encontravam poucos motivos para se engajar no balanceamento da URSS. Isso porque, ao longo da Segunda Guerra, EUA e URSS haviam atuado como aliados no combate ao Eixo, de modo que a adoção de uma posição belicosa para com um recente aliado geraria problemas domésticos de legitimidade. Ademais, os EUA possuíam longa tradição de não engajamento em conflitos externos ao seu território, de forma que o primeiro impulso ao fim da guerra seria o de retirada das tropas americanas do continente europeu.

A primeira expectativa de expansão por parte da União Soviética foi voltada para a região do Mediterrâneo. A possibilidade de expansão nessa área teve duas expressões, sendo a primeira as demandas por parte dos soviéticos por territórios na Turquia ao fim da guerra e, a segunda, a tentativa de tomada de poder na Grécia por grupos comunistas. Assim, em 1947, os EUA lançaram a doutrina Truman, segundo a qual a ameaça comunista deveria ser combatida “não apenas no Mediterrâneo, mas em todo o mundo” (MEARSHEIMER, 2001, p. 324, tradução livre)². Para obter no Congresso norte-americano o

¹ Essa política de contenção visava a, conforme indica o termo, conter o avanço da influência soviética, principalmente na Europa, através de medidas explícitas ou não. O termo foi cunhado por George Kennan, em seu artigo de 1947, “The sources of Soviet conduct” (SEMPA, 2004).

² “not just in the Mediterranean, but all around the globe.”

financiamento necessário ao combate à URSS, o presidente Truman produziu um discurso anticomunista capaz de difundir a crença de uma enorme ameaça aos ideais norte-americanos e ao estilo de vida liberal-capitalista, instaurando um sentimento de medo em relação ao novo inimigo.

Para impedir o avanço da influência soviética na Europa Ocidental, os EUA criaram o Plano Marshall, que tinha por objetivo conceder auxílio aos países europeus, para a reconstrução destes após a devastação decorrente da guerra. Além disso, os EUA visaram a produzir uma frente de contenção da URSS, cujo principal baluarte seria a Alemanha Ocidental, fruto da unificação das zonas de influência americana, inglesa e francesa. Esta unificação, acordada em dezembro de 1947, produziu forte reação por parte do governo soviético, que percebia nessa medida uma ameaça à manutenção da Alemanha Oriental. Destarte, em junho de 1948, foi declarado o bloqueio a Berlim Ocidental, em que foram obstruídas todas as vias terrestres de comunicação da Alemanha Ocidental com a Berlim capitalista. Esta foi a primeira grande crise da Guerra Fria, e, a partir de então, houve o acirramento da dinâmica bipolar. Em 1961, foi construído o Muro de Berlim, que por fim impôs uma barreira entre os mundos ocidental e oriental, bloqueando, assim, a “última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa” (HOBSBAWM, 2001, p. 240).

O bloqueio foi suspenso em maio de 1949, devido à persistência dos EUA de manterem os fluxos para sua zona de ocupação em Berlim por vias aéreas, o que minou os efeitos do bloqueio e deixou claro que a potência ocidental não aceitaria medidas similares por parte do oponente no futuro. No contexto dessa primeira crise foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que se tornou a expressão central do bloco capitalista ao longo do conflito. Outro importante evento de 1949 foi a detonação do primeiro teste nuclear por parte da URSS, antes do que o esperado, o que deu início ao balanceamento pelo medo da eclosão de uma guerra nuclear. Posteriormente, os EUA montaram uma base militar na Turquia, implantando ali mísseis balísticos de alcance intermediário. Esses mísseis foram percebidos como forte ameaça pelos soviéticos, mas seu

valor estratégico era reduzido, uma vez que os mísseis mantidos em submarinos teriam a mesma capacidade de destruição.

2.3- A Revolução Cubana e a aproximação com a URSS

Para se compreender a conjuntura histórica em que ocorreu a Crise dos Mísseis, é preciso observar os eventos que se sucederam em Cuba nos anos anteriores à crise, de modo que é conveniente um breve histórico da ilha.

Cuba tornou-se independente da Espanha tardiamente, em 1898, assumindo, logo em seguida, o estatuto de protetorado norte-americano, que foi oficializado pela Emenda Platt, em 1901 (AQUINO, 2000). Até 1959, Cuba esteve sob esse domínio, apresentando um reduzido desenvolvimento, o que fica claro ao observar-se que a maioria da população estava distribuída em subempregos, além de a ilha apresentar altas taxas de analfabetismo. O advogado Fidel Castro iniciou sua revolta contra o governo de Fulgêncio Batista em 1953, juntamente com o médico argentino Ernesto “Che” Guevara, dentre outros. Os rebeldes pretendiam reverter as más condições da população cubana através de um movimento revolucionário. Após algumas tentativas frustradas, os rebeldes conseguiram efetivar a revolução em 1959, com o apoio dos camponeses, implantando-se, em janeiro desse ano, um governo com tendências socializantes, mas sem qualquer ligação inicial direta com as diretrizes propriamente comunistas da URSS.

Após o sucesso da revolução, o novo governo adotou medidas como a implementação da reforma agrária; a redução de tarifas de energia, aluguéis, dentre outros; e a nacionalização de indústrias, usinas e refinarias, em sua maioria ligadas ao capital norte-americano. Essa última medida suscitou uma reação dos Estados Unidos, que impuseram um embargo a Cuba, deixando de importar seu açúcar, principal produto da economia cubana. Isso levou à necessidade de um alinhamento da ilha com o bloco soviético, o que se deu inicialmente em termos comerciais, e, em seguida, em auxílios militares. Contudo, mesmo quando se formou esse alinhamento, Castro ainda não se

afirmava como um governante socialista, ainda que o mundo o percebesse como tal (KHRUSHCHEV, 1971). Com isso, as EUA se viram diante de uma situação constrangedora, em que não apenas perdiam um aliado, como viam seu maior rival aproximar-se de seu território, apresentando uma ameaça geográfica sem precedentes, uma vez que Cuba está situada a “apenas algumas dezenas de milhas da Flórida” (HOBBSAWM, 2001, p. 240).

Devido ao fortalecimento dessa ameaça socialista tão próxima ao território norte-americano, e diante da impossibilidade de remediar o curso das novas tendências políticas em Cuba, os EUA optaram por uma investida militar, através de uma invasão contra-revolucionária empreendida por cubanos asilados nos EUA e insatisfeitos com o novo regime, em abril de 1961. Essa investida foi arquitetada e financiada pelo governo norte-americano, mas se provou um grande fiasco (KHRUSHCHEV, 1971). Cuba recebeu auxílio militar da URSS e a Invasão da Baía dos Porcos, como ficou conhecido o evento, foi rapidamente derrotada pelas defesas da ilha. Entretanto, esse episódio lançou o precedente de ataques militares a Cuba, resultando na centralização do tema nos assuntos de estado soviéticos. Em suas memórias, Khrushchev afirma que

o destino de Cuba e a manutenção do prestígio soviético naquela parte do mundo me preocupavam, mesmo quando estava ocupado conduzindo os negócios de Estado em Moscou ou viajando para outros países amigos (KHRUSHCHEV, 1971, p. 155).

Isso levou à necessidade de buscar formas de proteção da ilha, o que foi apontado como uma das principais causas para a instalação dos mísseis balísticos em 1962.

Além disso, após o fracasso da Baía dos Porcos, os EUA formularam um novo projeto, denominado Operação Mongoose, que tinha por objetivo “auxiliar Cuba a superar o regime comunista” (LANSDALE, 1962, p. 1, tradução livre)³. Esse projeto visava a boicotar o regime de Castro através de ações políticas, econômicas e manobras tácitas, que prescindissem de uma atuação militar

³ “to help Cuba overthrow the Communist regime.”

direta, de modo a reduzir os custos para os EUA e facilitar a suspensão da operação.

3- A Crise dos Mísseis em Cuba

Desde o início de 1962, a URSS aumentou o envio de carregamentos bélicos para Cuba, o que era de conhecimento geral. Entretanto, apesar de algumas hipóteses de que esses carregamentos poderiam envolver armamentos nucleares, não havia motivos reais para se crer que de fato o governo soviético estivesse dando início a um empreendimento tão arriscado, que ampliaria enormemente a tensão para a escalada do conflito. Até então, a URSS não havia instalado mísseis em nenhum local fora de suas fronteiras, nem mesmo nos países satélite vizinhos, de modo que o novo curso de ação era imprevisível porquanto inconsistente com as políticas anteriores.

Apesar disso, estava clara a preocupação soviética em salvaguardar a ilha cubana, de modo que o presidente norte-americano John Kennedy foi levado a fazer uma declaração, em 18 de setembro, buscando assegurar a segurança de Cuba. Nessa declaração, o presidente afirmou que não haveria quaisquer investidas contra a ilha, a menos que esta passasse a apresentar uma ameaça para outras nações da América Latina ou caso se tornasse uma base militar avançada soviética, com a posse de armas ofensivas (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Deve-se ressaltar a dificuldade em se diferenciar armamentos ofensivos e defensivos. Como afirmou um estadista espanhol, Salvador de Madariaga, conforme citado por Jervis, “uma arma é ofensiva ou defensiva de acordo com a extremidade dela para que se olha” (JERVIS, 2007, p. 187, tradução livre)⁴.

⁴ “A weapon is either offensive or defensive according to which end of it you are looking at.” A diferenciação entre armamentos de ataque e defesa normalmente aponta que tecnologias que facilitam o movimento a abrem caminho sobre a defesa favorecem o ataque, enquanto formas de fortificação mais eficiente favorecem a defesa. Entretanto, como indicado acima, qualquer arma pode ser utilizada para atacar, ainda que algumas cumpram esta função com maior eficiência (JERVIS, 2007; VAN EVERA, 1998).

A URSS, por sua vez, assegurava que não tinha qualquer intenção de enviar armamentos ofensivos para Cuba, mas, com efeito, não havia discordância quanto ao fato de mísseis balísticos poderem ser classificados como armas ofensivas. Assim, diante da declaração de Kennedy, o Primeiro Ministro soviético, Nikita Khrushchev, afirmou que as ameaças norte-americanas de ataque a Cuba eram “um passo inconcebível”⁵ (KRHUSHCHEV apud ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 80, tradução livre). Destarte, visto que não havia motivos plausíveis para se crer que a URSS estivesse instalando armamentos nucleares em Cuba, quando, no dia 16 de outubro, a inteligência americana informou a descoberta de tais mísseis, o gabinete norte-americano ficou perplexo.

Percebe-se, com isso que Khrushchev tinha a intenção de adotar a tática diplomática de *fait accompli*, o que, no entanto, não foi bem sucedido (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Essa tática consiste na adoção de manobras sigilosas, que levam à formação de um “fato consumado”. Assim, a instalação dos mísseis em Cuba deveria ter sido concluída antes que a operação fosse descoberta. Contudo, a inteligência norte-americana identificou a manobra antes que a instalação estivesse completa, frustrando a pretensão de *fait accompli*, o que anulou os efeitos benéficos do sigilo. Dessa forma, os custos de concluir a operação foram ampliados enormemente, e os objetivos visados quando da formulação dessa empreitada foram seriamente comprometidos.

3.1- As causas da instalação dos mísseis soviéticos em Cuba

Ao receber a notícia de que a União Soviética estava instalando armamentos nucleares em Cuba, os dirigentes norte-americanos buscaram, logo de início, formular uma explicação acerca dos motivos que haviam levado a tais cursos de ação. Posteriormente, uma vez superada a crise, inúmeros estudos foram feitos acerca desse episódio da Guerra Fria, e várias hipóteses foram

⁵ “an inconceivable step.”

formuladas quanto às motivações soviéticas. Allison & Zelikow (1999) propõem quatro hipóteses principais, conforme exposto a seguir.

a) Defesa de Cuba

Esta foi a explicação oficial formulada por Khrushchev. Em suas *Memórias*, o Premier afirma sua intensa preocupação quanto à defesa da ilha cubana e, sob sua perspectiva, a única forma de salvaguardar o aliado seria através de mísseis balísticos (KHRUSHCHEV, 1971). Entretanto Allison & Zelikow apontam que nenhuma alternativa foi considerada cuidadosamente e que a opção soviética pelos armamentos nucleares pode ser considerada um “trovão em meio a um céu azul” (1999, p. 88, tradução livre)⁶.

Essa hipótese é, com efeito, dificilmente aceita, uma vez que já foi negada pelo próprio presidente cubano. Em uma declaração de Fidel reproduzida por Tatu, o presidente afirma:

Tínhamos examinado entre nós a possibilidade de solicitar à URSS o fornecimento de foguetões, mas ainda não tínhamos chegado a qualquer decisão quando Moscou nos propôs formalmente esse envio. Foi-nos explicado que, aceitando-os em nosso território, reforçaríamos o campo socialista no plano mundial. [...] Não foi para assegurar nossa própria defesa mas [sic], em primeiro lugar, para reforçar o socialismo em escala internacional. Tal é a verdade, mesmo que outras explicações sejam dadas alhures (Le Monde apud TATU, 1970, p. 255).

Assim, percebe-se que, de fato, as medidas soviéticas não foram traçadas unicamente com o intuito de garantir a segurança de seu aliado. Isso é ainda mais claro quando se observa que o governo soviético se esquivara repetidamente de firmar um acordo formal de auxílio militar a Cuba, e sequer estendera os termos do Pacto de Varsóvia⁷ à ilha (TATU, 1970). Portanto, para

⁶ “a roll of thunder in a clear sky.”

⁷ O Pacto de Varsóvia foi um acordo militar firmado no interior do bloco soviético, cujo objetivo era se contrapor à Organização do Tratado do Atlântico Norte, órgão ocidental com funções militares. Ao longo da Guerra Fria, esses dois acordos desempenharam importantes papéis na dinâmica bipolar, garantindo, sobretudo, relativa coesão entre os membros de cada bloco, fundamentando uma relação de reciprocidade baseada na proteção fornecida pelas superpotências a seus aliados menores.

se compreender os fatores determinantes do processo decisório que precedeu a crise, é preciso considerar múltiplas esferas de interação entre os blocos.

Com efeito, a princípio Fidel Castro se recusou a receber os mísseis, considerando-os uma estratégia da URSS para tornar Cuba uma base soviética avançada. Entretanto, frente às pressões do Premier soviético, Castro foi levado a aquiescer, sob alegações de que futuras invasões norte-americanas derrotariam as forças de resistência cubana caso o auxílio soviético não fosse aceito.

b) Política da Guerra Fria

A instalação dos mísseis em Cuba também pode ser entendida como uma expressão clara da disputa por poder no sistema internacional. As duas potências competiam por poder, de modo que não se tratava apenas de uma ação militar, mas também de uma ação política. Sob essa perspectiva, os mísseis balísticos em Cuba seriam uma forma de contestar o poderio norte-americano e desacreditar os EUA, afirmando a capacidade de expansão soviética mesmo tão próximo à zona de influência direta norte-americana. O próprio Khrushchev afirma em suas *Memórias* que era necessária afirmar o “prestígio soviético naquela parte do mundo” (1971, p. 155).

Entretanto, essa hipótese também é incapaz de apreender toda a complexidade das motivações soviéticas. Com efeito, não se explica porque a URSS teria decidido balancear o poder norte americano naquela ocasião específica, apenas se afirma que alguma ação de balanceamento seria adotada.

c) Poder de mísseis

Essa hipótese sugere que a implantação dos mísseis em Cuba teria por motiva assegurar a auto-sobrevivência soviética. Isso seria necessário pelo aumento das “janelas de vulnerabilidade” da URSS, ou seja, a capacidade de primeiro ataque (*first strike capability*) dos EUA teria se elevado, o que significa

que um primeiro ataque massivo norte-americano reduziria imensamente a capacidade de retaliação soviética. Vale lembrar que o equilíbrio de poder na bipolaridade era sustentado pela expectativa de destruição mútua assegurada (*mutual assured destruction* - MAD)⁸, segundo a qual uma potência não poderia atacar a outra sem receber, por sua vez, um ataque retaliatório com enorme capacidade destrutiva.

Deve-se notar que a disparidade existente entre as forças armadas, tanto convencionais quanto nucleares, das duas potências era expressiva. Segundo Andrew Pfister (2005), em 1962 os EUA possuíam algo em torno de 170 mísseis balísticos intercontinentais em seu arsenal, enquanto a URSS possuía nada mais que 25 mísseis da mesma categoria (PFISTER, 2005). Além disso, Khrushchev acreditava que, diante do poderio nuclear, as Forças Armadas convencionais perdiam importância, de modo que estas haviam recebido investimentos muito reduzidos na União Soviética, especialmente a Marinha. Assim, os EUA superavam a URSS em virtualmente todos os quesitos militares. Portanto, conforme Pfister, a única saída para a estratégia falha soviética era instalar os mísseis de curto e médio alcance em Cuba, de modo que sua atuação sobre o território norte-americano equivaleria àquela de um míssil intercontinental que fosse alocado no território da União Soviética (PFISTER, 2005). Além disso, havia a possibilidade de construção de uma base naval em Cuba para os submarinos soviéticos, muitos deles munidos de armamentos nucleares, o que aumentaria ainda mais a capacidade de ataque do bloco comunista.

Essa hipótese, entretanto, também não consegue explicar porque era necessário reverter a balança de poder naquele momento específico. Além disso, permanece questionável a motivação de Khrushchev para assumir riscos de dimensões tão grandes para contrabalancear o poderio norte-americano.

⁸ O termo *mutual assured destruction* foi cunhado por Donald Brennan, na década de 1960. A idéia era de que tanto os EUA quanto a URSS estariam vulneráveis um ao outro, e não seria possível um ataque por parte de uma das potências sem uma resposta imensamente destrutiva por parte da outra. A sigla MAD, que em inglês significa louco ou demente, tornou-se popular por expressar uma perspectiva louca de destruição mútua em escala quase inconcebível (GRIEL, 2001).

d) As negociações sobre Berlim

A última hipótese, que foi a mais aceita pelo presidente Kennedy, interpreta a instalação dos mísseis em Cuba como uma moeda de barganha para solucionar o problema de Berlim. Como foi indicado acima, a divisão da capital alemã tornou-se um ícone da Guerra Fria, e, de fato, Khrushchev dava atenção especial a esse tema. Para ele, Berlim Ocidental apresentava uma ameaça ao frágil regime comunista implantado na Alemanha Oriental. Assim, desde 1958, o Premier pressionava os EUA para a retirada das Forças Armadas norte-americanas de Berlim, recebendo como resposta uma posição irredutível do oponente.

No entanto, em meados de 1962, a postura de Khrushchev se alterou, e ele pareceu demonstrar maior confiança em que seu intento seria atingido. Em outubro, os dirigentes norte-americanos associaram a crise em Cuba a essa mudança de postura, percebendo na implantação dos mísseis soviéticos a construção de uma moeda de barganha capaz de alterar o equilíbrio das negociações sobre a situação em Berlim.

3.2- Os possíveis cursos de ação dos EUA

A descoberta de mísseis em Cuba demandou

que os EUA usassem sua superioridade estratégica e local de forma a demonstrar a determinação americana em ver os mísseis removidos, enquanto, ao mesmo tempo, dava tempo e espaço a Moscou para que se retirasse sem uma humilhação. (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p.110, tradução livre).⁹

A resposta norte-americana, portanto, deveria ser cautelosa, dada a possibilidade de uma escalada da tensão, que culminaria com a eclosão de uma guerra nuclear. Assim, os EUA deveriam demonstrar firmeza, mas impedir que a

⁹ “All that was required was for the United States to use its strategic and local superiority in a way that demonstrated American determination to see the missiles removed, while at the same time allowing Moscow time and room to retreat without humiliation.”

URSS fosse submetida a uma imagem de fraqueza perante o sistema internacional. Dessa forma, Allison & Zelikow (1999) apontam seis possíveis cursos de ação a serem adotados pelos EUA como resposta à descoberta dos mísseis em Cuba, sendo todas elas imbuídas de pontos positivos e negativos.

3.2.1- Inação

Quando da descoberta das instalações nucleares em Cuba, existia a possibilidade de que os EUA simplesmente não tomassem nenhuma medida em relação à operação soviética. Porém, segundo Allison & Zelikow (1999), a inação seria inaceitável para a população do país, cuja opinião era de fundamental relevância para Kennedy. Ademais, o custo político de tal alternativa poderia ser muito alto, pois os EUA poderiam ser percebidos como apresentando sinais de fraqueza, o que, claramente, não era seu desejo nem sua intenção, já que uma concessão nesta área – ou neste caso – poderia ter implicações em outras. Por exemplo, caso os EUA decidissem não fazer nada quanto aos mísseis em Cuba, a URSS poderia empreender outras iniciativas similares, como a tentativa de tomada de Berlim ocidental. Segundo Kennedy,

todos sentiam que uma falha da nossa parte em responder colocaria em questão nossa disposição em responder sobre Berlim, dividiria nossos aliados e nosso país. (KENNEDY, apud Allison; Zelikow, 1999, p.112, tradução livre).¹⁰

3.2.2- Pressões Políticas

Havia duas formas possíveis de pressão política (Allison; Zelikow, 1999). A primeira consistia no envio de um ultimato – secreto – a Khrushchev para que os mísseis fossem retirados. Essa possibilidade consistiria em dar à União Soviética a alternativa de sair do conflito sem a necessidade de um conflito

¹⁰ “Everyone else felt that for us to fail to respond would throw into question our willingness to respond over Berlin, would divide our allies and our country.”

armado ou uma confrontação direta. A segunda forma de pressão política seria um apelo à ONU ou à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que os mesmos tivessem um papel de mediadores no conflito. Por esses dois cursos, visar-se-ia a levar a URSS, por meios pacíficos, a ceder.

3.2.3- Abordagem secreta a Fidel Castro

Esse curso de ação teria como objetivo principal romper a aliança entre Cuba e a URSS. Mesmo que fosse uma estratégia com pouca perspectiva de sucesso, a mesma não foi descartada, pois caso Castro se visse em uma situação de perigo, era possível que o mesmo cedesse às pressões dos EUA. Em outros termos, uma ameaça a Cuba poderia levá-la a repensar a aliança para com a União Soviética.

3.2.4- Invasão

Essa alternativa consistia em uma invasão terrestre para que os mísseis fossem desarmados. Seria uma forma de ação que deveria ser analisada com muita cautela, pois a possibilidade de que implicasse a escalada do conflito era muito grande. Além disso, a invasão era uma operação custosa, que “forçaria as tropas americanas a confrontarem as tropas soviéticas, no primeiro caso da Guerra Fria de combate direto entre forças terrestres das superpotências.” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 115, tradução livre)¹¹.

3.2.5- Ataque aéreo

Nessa forma de resposta, os EUA realizariam um ataque aéreo para dismantelar os mísseis em Cuba, antes que os mesmos estivessem prontos para serem lançados. Essa medida poderia conceder aos EUA a vantagem do

¹¹ “It would force American troops to confront Soviet troops in the Cold War’s first case of direct combat between ground forces of the superpowers.”

primeiro ataque (*first strike*), além de dificultar um ataque da URSS ao país. Porém, mesmo que a primeira impressão dessa alternativa fosse a de que ela seria vantajosa, quatro dificuldades apontadas por Allison & Zelikow (1999) exigem pensá-la melhor.

A primeira dificuldade seria em como concentrar o ataque, de forma que somente os mísseis fossem atacados. Além disso, havia a possibilidade de que o sul dos EUA fosse atingido, ou pelo menos sofresse as conseqüências de um ataque aéreo que envolvesse o lançamento de ogivas nucleares. A segunda dificuldade se relaciona à possível resposta que a União Soviética poderia dar, uma vez que um ataque aéreo mataria cidadãos russos que estavam operando e trabalhando na construção dos mísseis. “Um ataque às tropas militares e cidadãos de uma grande potência não poderia ser considerado leve.” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 117, tradução livre)¹². Assim, essa alternativa teria que considerar a possibilidade de uma resposta severa por parte da URSS, como um ataque contra o território norte-americano, ou mesmo contra Berlim ou Turquia. Outro problema seria o chamado “aviso adiantado” (*advance warning*), já que um ataque surpresa não era uma iniciativa que se esperaria dos EUA. Por fim, a quarta dificuldade era que o ataque não necessariamente atingiria e tornaria inoperantes todos os mísseis em Cuba, o que poderia ocasionar uma resposta por parte da União Soviética.

3.2.6- Bloqueio

Um bloqueio dos navios que rumavam para Cuba contendo artefatos militares seria uma forma de ação militar indireta (ALLISON; ZELIKOW, 1999), que também exigia considerável cautela. Em primeiro lugar, conforme apontam Allison & Zelikow (1999), não se tinha certeza de que essa medida por si só seria eficiente, o que exigiria uma declaração de guerra contra Cuba. Além disso, um bloqueio a Cuba poderia gerar uma resposta soviética em Berlim. Outro problema seria as ações que teriam que ser tomadas caso os navios não

¹² “No attack on the military troops and citizens of a great power could be regarded lightly.”

parassem. Isso exigiria que os EUA atirassem nesses navios, o que, por sua vez, geraria respostas. Por último, como legitimar um bloqueio sendo que os mísseis já se encontravam em Cuba? E mais importante, qual a eficácia que essa alternativa teria em impedir um ataque soviético?

Mas não apenas desvantagens eram associadas a esse curso de ação. Allison & Zelikow (1999) apontam que o bloqueio era o meio termo entre não se fazer nada e adotar um ataque convencional, ou seja, que ele demonstraria firmeza, mas que não seria visto como um ataque direto. Além disso, seria uma forma de transferir o peso da decisão para Khrushchev, pois as próximas ações dependeriam do que seria feito pelo Primeiro-Ministro soviético, ou seja, um confronto maior poderia ser evitado se ele não tentasse ultrapassar o bloqueio. Outra vantagem trazida por essa alternativa seria a certeza de que um confronto militar no mar do Caribe teria como vencedor os Estados Unidos, devido à superioridade militar convencional do país. “Na porta de nossa casa, um bloqueio naval era invencível.” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 120, tradução livre)¹³. Por fim, um bloqueio trazia o confronto para a área não-nuclear, onde, sem dúvidas os EUA eram superiores.

3.3- Os possíveis cursos de ação da URSS

A União Soviética havia lançado as condições para a crise de outubro de 1962 ao arquitetar a instalação dos mísseis balísticos em Cuba. A crise teve início quando, em 16 de outubro, a inteligência americana informou ao presidente Kennedy a existência de tais mísseis, de modo que o primeiro movimento deveria ser por parte dos EUA, que formularia um curso de ação para responder à nova ameaça soviética. À URSS, portanto, uma vez ciente de que a operação havia sido descoberta, caberia prever a reação a ser adotada pelos EUA e preparar-se para responder a qualquer que fosse essa reação. Assim, para cada possível curso de ação norte-americano deveriam ser avaliados os custos e vantagens das respostas possíveis.

¹³ “At our doorstep, a naval blockade was invincible.”

3.3.1- Inação por parte dos EUA

Caso os EUA optassem por não retaliar a ameaça soviética construída em Cuba, não há razões para se crer que a operação fosse alterada de qualquer forma. Assim, o curso de ação mais provável nesse caso seria o prosseguimento e a conclusão da instalação dos mísseis balísticos em Cuba.

3.3.2- Pressões políticas por parte dos EUA

A primeira forma de pressão política que poderia ser exercida pelos EUA seria um contato direto com o Premier soviético. Caso isso ocorresse, a reação soviética seria diretamente influenciada pelas condições impostas pelos EUA para o fim da tensão. Caso essa pressão visasse apenas à retirada dos mísseis, sem quaisquer concessões por parte dos EUA, a URSS provavelmente não aceitaria o acordo, uma vez que essa retirada comprometeria o prestígio soviético frente ao resto do mundo e seria interpretada como um sinal de fraqueza (KHRUSHCHEV, 1971).

A segunda forma de pressão que poderia ser exercida pelas EUA seria através da ONU ou da OEA. Nesse caso, as organizações funcionariam como mediadores, e deveriam ser buscadas alternativas de acordo que impedissem a eclosão de um conflito nuclear, mas que também assegurassem que os interesses de ambas as partes seriam levados em conta. Assim, a URSS poderia cooperar, contanto que as opções apresentadas não prejudicassem seu prestígio ou deixassem a ilha cubana desprotegida. Em negociações nessa arena provavelmente seriam envolvidas variáveis externas a Cuba.

Um ponto a ser levantado seria a retirada das forças norte-americanas de Berlim Ocidental. Esse ponto, muito caro a Khrushchev, poderia levar à retirada dos mísseis em Cuba, mas tal condição dificilmente seria aceita pelos EUA. Outro tema relevante referia-se às bases norte-americanas na Turquia. A desabilitação dessas bases poderia promover a boa vontade soviética para se chegar a um acordo. Entretanto, a concessão com base apenas nesses termos

seria uma demonstração de fraqueza por parte da URSS, uma vez que o poder nuclear dos submarinos norte-americanos tinha alcance similar ao das bases na Turquia.

3.3.3- Abordagem secreta por parte dos EUA a Fidel Castro

Caso essa estratégia fosse adotada e desse sinais de sucesso, a URSS poderia responder através da ruptura das relações com Cuba. Entretanto, a resposta mais provável seria o exercício de pressões contrárias ao alinhamento de Cuba com os EUA. A ausência do apoio da ilha implicaria a perda de um importante fator no balanceamento do poderio norte-americano. Cuba estava posicionada estrategicamente em relação ao território norte-americano e à América como um todo, de modo que, através da ilha, o bloco soviético poderia ampliar sua zona de influência e desafiar os EUA em seu próprio hemisfério.

3.3.4- Invasão de Cuba pelos EUA

Essa atitude norte-americana representaria uma afronta direta ao prestígio soviético, mas a resposta a ela seria de difícil formulação. A URSS poderia apenas permitir que Cuba fosse ocupada pelas forças norte-americanas, e não esboçar nenhuma resposta. Isso evitaria um confronto nuclear, mas comprometeria o prestígio soviético, representando uma derrota vergonhosa para o bloco oriental.

Outra alternativa seria que a URSS se abstivesse de intervir no conflito, mas deixasse os mísseis balísticos sob o controle do governo cubano, de modo que o desenrolar da tensão e a deflagração ou não do conflito nuclear ficaria ao encargo de Castro (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Esse curso, entretanto, apesar de isentar a URSS de qualquer responsabilidade, ampliaria as chances de uma escalada do conflito, mas não impediria a destruição de Cuba, uma vez que a ilha não possuía a capacidade de lançar um ataque retaliatório que cumprisse a predição do *mutual assured destruction*.

Uma terceira opção seria autorizar, em caso de invasão, o uso apenas de forças convencionais (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Isso evitaria a escalada do conflito para um nível de confrontação nuclear, mas seu resultado provavelmente não seria favorável à URSS. Como já foi apontado anteriormente, os EUA superavam a URSS em critérios de forças convencionais, e sua vitória era altamente provável.

Uma quarta opção seria autorizar a utilização de armas nucleares táticas¹⁴, mas não dos mísseis balísticos (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Essa alternativa, além de aumentar as chances de escalada do conflito para níveis de tensão nuclear, ainda corria um risco adicional. Porquanto as comunicações com Cuba pudessem ser interceptadas, os EUA poderiam descobrir a estratégia e, se antecipando ao uso das armas nucleares táticas, fazer uso de sua força nuclear rapidamente, visando às vantagens do primeiro ataque.

A quinta alternativa seria lançar um ataque contra Berlim Ocidental. Isso aumentaria os custos para os EUA de prosseguirem com a invasão de Cuba, de modo que a URSS não teria que se engajar em um conflito direto com os EUA tão próximo do território inimigo. Entretanto, devido aos grandes interesses envolvidos na capital alemã, esse curso também aumentaria as chances de uma guerra nuclear.

Finalmente, a URSS poderia responder com um ataque nuclear. Essa alternativa, entretanto, seria a pior para ambas as partes, devido à expectativa de destruição mútua assegurada.

3.3.5- Ataque aéreo a Cuba pelos EUA

Caso os EUA adotassem um ataque aéreo a Cuba, a URSS poderia optar por não reagir. Entretanto, como já foi indicado acima, isso seria pouco provável.

¹⁴ Existe uma diferenciação entre armas nucleares estratégicas e táticas, em termos essencialmente de forma de entrega, ou seja, da forma como o artefato nuclear é empregado, por exemplo, através de mísseis balísticos de curto, médio ou longo alcance. As armas estratégicas são utilizadas principalmente para desencorajar ataques, devido à possibilidade de retaliação, inclusive sobre a população civil. Já as armas nucleares táticas são projetadas para serem usadas em campo de batalha (DOLAN; GLASSTONE, 1977).

Outra alternativa seria empreender uma retaliação com o uso apenas de forças convencionais, o que, como já indicado, conquanto evitasse a escalada do conflito, resultaria, provavelmente, em uma vitória dos EUA. Uma terceira opção seria a retaliação com o uso de armamentos nucleares, o que seria o curso menos desejável, uma vez que levaria à escalada e, conseqüentemente, à destruição mútua. Finalmente, a URSS poderia reagir lançando um ataque contra Berlim Ocidental, que teria resultados semelhantes aos descritos na seção anterior.

3.3.6- Bloqueio de Cuba por parte dos EUA

Essa estratégia por parte dos EUA seria a que permitiria maior margem de manobra por parte da URSS (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Novamente, a URSS poderia simplesmente aceitar os termos norte-americanos e suspender os carregamentos para Cuba, mas isso seria muito improvável.

Um curso de ação mais viável seria a suspensão de alguns navios, mas não de todos. Assim, seria possível parar o avanço de vários navios e prosseguir apenas com aqueles que levavam os mísseis balísticos intercontinentais – lembrando que os mísseis balísticos de médio alcance já se encontravam em Cuba, em processo de instalação. Esse curso, conquanto não prejudicasse o prestígio soviético, seria uma forma de demonstrar cautela frente à possibilidade de escalada.

Um curso mais ousado seria dar prosseguimento a todos os carregamentos, e levar todos os navios que rumavam para Cuba a romperem o bloqueio norte-americano. Essa alternativa, embora transmitisse uma imagem de grande poder da URSS, ampliava as possibilidades de uma confrontação violenta, que poderia levar à deflagração de uma guerra nuclear. Finalmente, seria também possível responder ao bloqueio através de um ataque a Berlim. Essa alternativa teria as conseqüências já descritas anteriormente.

4- Ferramentas teóricas

Para se compreender o desenrolar da Crise dos Mísseis e os cursos de ação escolhidos pelos atores envolvidos, é necessário o recurso a algumas ferramentas teóricas. Essas ferramentas possibilitam retrair os passos da crise, a partir de alguns princípios. A corrente mais prolífera usualmente empregada nos estudos sobre a Crise dos Mísseis é a Teoria da Escolha Racional. Segundo essa teoria, os atores agem a partir de cálculos de custo e benefício, ou seja, eles optam por determinados cursos de ação devido às vantagens e desvantagens envolvidas (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

4.1- A barganha política e a guerra nuclear

Pruitt, Kim e Rubin, no livro *Social Conflict*, definem o que se entende por conflito: “divergência percebida de interesses ou uma crença de que as aspirações de parte e de outro não podem ser alcançadas simultaneamente” (PRUITT; KIM; RUBIN, 1994, p. 5, tradução livre)¹⁵. Assim, os conflitos serão mais intensos quanto mais rígidas forem as aspirações e quanto menores forem as possibilidades de coordenação das aspirações.

Em uma situação conflitiva, há quatro cursos de ação possíveis (PRUITT; KIM; RUBIN, 1994). O primeiro é a confrontação, em que uma parte tenta impor à outra a solução que mais lhe convém. O segundo é a concessão, em que uma parte reduz suas aspirações unilateralmente para facilitar o acordo. O terceiro é o equacionamento, em que há concessões bilaterais, de modo a se buscar um acordo que atenda minimamente a ambas as partes. Finalmente, há a evasão, em que uma parte simplesmente abandona o conflito e aceita a solução imposta pela outra. Muitas vezes, até que um conflito seja solucionado, são adotados diversos cursos de ação sequencialmente.

¹⁵ “Perceived divergence of interest, or a belief that the parties’ current aspirations cannot be achieved simultaneously.”

Ao se escolher um curso de ação, é preciso avaliar a eficiência com que ele possibilitará a obtenção das aspirações, ou seja, é preciso ter em conta a viabilidade percebida desse curso de ação (PRUITT; KIM; RUBIN, 1994). Muitas vezes, a evasão, a concessão ou mesmo o equacionamento não são percebidos como viáveis, pois indicariam fraqueza. Assim, com freqüência, o equacionamento só é possível quando se chega a uma situação de impasse, ou seja, quando um ator não percebe mais condições viáveis de vencer o oponente. Isso leva à desescalada do conflito e tende para sua resolução.

Há algumas formas de se induzir as concessões da outra parte (SCHELLING, 1980). Uma alternativa é fazer promessas que indiquem um aumento dos benefícios para o outro caso ele ceda. Essa estratégia, entretanto, traz custos adicionais para quem a emprega, uma vez que, caso o conflito seja solucionado, as promessas deverão ser cumpridas. Assim, uma alternativa seria o emprego da ameaça, que, caso seja bem sucedida, não traz custos adicionais. Contudo, caso a ameaça não funcione, quem a empregou deverá arcar com os custos de cumpri-la, o que nem sempre é possível, uma vez que o ator pode ter blefado. Uma forma de tornar a ameaça mais plausível é assumir um comprometimento irreversível, ou seja, criar condições que assegurem ao oponente que não é possível alterar o curso de ação. Destarte, em caso de sucesso, a ameaça é sempre menos custosa que a promessa. Durante a Crise dos Mísseis, ambas essas alternativas foram empregadas por ambas as potências.

O equilíbrio nuclear traz ainda outros fatores relevantes para a escolha do curso de ação. Para compreender os riscos em jogo, é útil empregar a teoria dos jogos e, mais especificamente, o “jogo do covarde” (*chicken game*). Um jogo é uma situação, envolvendo pelo menos dois atores, em que há diversas estratégias possíveis, dentre as quais os atores escolherão com base nos custos envolvidos em cada uma, ou seja, com base na matriz de *payoffs*. A isso se pode chamar de racionalidade instrumental (TSEBELIS, 1998).

O jogo do covarde é descrito, normalmente, como dois motoristas dirigindo um em direção ao outro, e o perdedor é aquele que desvia o carro

primeiro. Nenhum dos dois jogadores deseja que ocorra o choque, que seria o pior resultado para ambos, levando à destruição mútua. Simultaneamente, nenhum dos dois deseja desviar primeiro, pois perderia o jogo. Assim, trata-se de um equilíbrio sobre quando é a hora de desistir. Esse jogo pode ser aplicado com grande facilidade à Crise dos Mísseis, em que o risco de deflagração de uma guerra nuclear seria o choque que ambas as partes deseja evitar, ao mesmo tempo em que nenhuma deseja ceder e finalizar o jogo, pois não quer ser o perdedor.

Enquanto essas considerações são muito adequadas para se compreender a dinâmica estabelecida entre as duas potências no desenrolar da crise, deve-se ter em mente que a barganha era realizada em duas esferas paralelas, que se afetavam mutuamente. Na primeira esfera, já apontada, a negociação era empreendida pela URSS e pelos EUA, considerados como atores únicos e coesos. Já na segunda esfera, de caráter doméstico, as negociações se realizavam no interior dos gabinetes, com disputas de poder intrínsecas ao jogo político, em que cada líder tentava evitar um resultado catastrófico para a coletividade, ao mesmo tempo em que buscava atingir interesses pessoais. A essa dupla dinâmica, dá-se o nome de jogos de dois níveis ou jogos ocultos (TSEBELIS, 1998).

Essa interação entre duas esferas permite que, por vezes, sejam tomadas decisões que não seriam as mais adequadas caso se considerasse apenas uma das esferas (TSEBELIS, 1998). Contudo, mesmo neste caso, a teoria da escolha racional permite compreender porque os atores adotam determinados cursos de ação com base na matriz de custos e benefícios. Assim, em um contexto como o que se instaurou no gabinete soviético durante a Crise dos Mísseis, os líderes envolvidos pesariam os enormes custos de iniciar uma guerra nuclear, o que superaria quaisquer benefícios que pudessem ser obtidos com esse curso de ação no nível doméstico. Entretanto, para alguns indivíduos que buscassem desestabilizar o governo de Khrushchev, um curso de ação mais destrutivo, ainda que pior para a coletividade, poderia favorecer interesses pessoais.

4.2- A escalada do conflito

Quando um conflito já existente assume grandes proporções, e as divergências de interesses se tornam ainda maiores, ou a crença de que o objetivo de uma parte é totalmente oponente ao objetivo da outra, diz-se que está ocorrendo a escalada do conflito (PRUITT; KIM; RUBIN, 1994).

Tal escalada de um conflito pode ser exemplificada por meio de “degraus”, permitindo a noção de que contínuos desentendimentos e percepções divergentes vão ocorrendo ao longo da crise (PRUITT; KIM; RUBIN, 1994). Assim, os Degraus da escalada são utilizados como uma metáfora metodológica para auxiliar na avaliação de crises entre dois estados.

O primeiro degrau corresponderia ao uso da linguagem enfática, afirmando-se que, se o problema não for resolvido imediatamente, pular-se-á para outra etapa da escalada. Após esse primeiro degrau, viriam as ações legais e de represália, punindo o outro pela não atenção ao degrau anterior.

Sucessivamente, vão-se elevando os degraus, passando por diversos outros, tais como: enrijecimento de posições (na qual há o aumento do comprometimento das partes com o objetivo de demonstrar ao outro a impossibilidade de recuo em sua posição); a exibição de força (que consiste em mostrar seu potencial de força e de seu uso); rompimento de relações diplomáticas (com esse ato, pretende-se comunicar ao adversário que os atos de força podem substituir as formas pacíficas de resolução do conflito); estado de superprontidão (no qual o Estado coloca suas Forças Armadas em alerta, a qualquer sinal de ameaça ou perigo); guerra convencional (com o uso de armas convencionais); guerra quase nuclear (uso de armas nucleares acontece, ou involuntariamente, por erro, ou voluntariamente, querendo mostrar que foi um erro); exibição espetacular (na qual se mostra a capacidade do Estado, por meio do uso de armas certeiras e perigosas); embargo de âmbito mundial (representa um tipo de coerção sem o uso de armas, mas que pode ser tão ou mais danosa que um confronto armado); ataque de demonstração a uma zona de interior (ataca-se uma área menos povoada, que cause danos à paisagem física, mas

não às pessoas); ataques exemplares sobre a população; ataques limitados de força; ataques ilimitados; ataques de devastação civil (cálculo sobre a correta localização da população do inimigo, que é o verdadeiro alvo); e o último degrau, que é a guerra de espasmo ou insensata (guerra na qual todos os meios foram utilizados e as conseqüências de seus desdobramentos não são controláveis).

Esse último estágio representa um grau de escalada não desejável por ambas as partes, pois demanda altos gastos financeiros, sofrimento populacional, tanto físico como psicológico, e ainda afeta uma gama imensa de países vizinhos ou até mesmo distantes. Para se evitar que as tensões alcancem um nível imoderado e não desejável, é importante que haja a comunicação entre as partes, de forma a tornar claras e precisas as aspirações e próximas ações a serem adotadas, caso tais objetivos não sejam atingidos. Assim, uma crise nuclear nunca pode ser considerada totalmente controlável, fazendo com que as partes reflitam acerca do engajamento cada vez mais rígido no conflito.

5- O gabinete soviético

O poder político na URSS transitava entre duas esferas distintas. A primeira diz respeito ao poder estatal, cujo órgão federal é o Soviete Supremo, análogo a um Parlamento das democracias Ocidentais, o qual é controlado por um Presidium. O Soviete Supremo é também responsável pela indicação do Conselho de Ministros, e possui funções tanto administrativas quanto de formulação de políticas. Já a segunda esfera de poder refere-se ao Partido Comunista, e divide-se em algumas instâncias distintas, dentre as quais se destacam o Comitê Central, o Secretariado e o Presidium do Comitê Central. Este último detém o maior controle do poder executivo na União, e é composto por 15 membros efetivos e 8 candidatos, ou substitutos, que não possuem poder de voto (GUNTHER, 1959). É importante notar que, apesar de separadas essas duas esferas, o Partido Comunista exercia influência desmedida sobre o Soviete Supremo, cuja maioria dos membros era, também, membro do Partido. Este,

portanto, controlava a política do estado soviético e permeava todas as decisões de relevo (HAZARD, 1969).

Em 1962, o poder executivo se focava na figura política de Nikita Krushchev, membro dos Presídiums do Comitê Central e do Soviete Supremo, Primeiro Secretário do Partido e Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro Ministro ou Premier). No entanto, quando da eclosão da Crise Cubana em outubro, as decisões estavam longe de serem centralizadas ou unânimes, o que viria a se refletir nas posições vacilantes do governo soviético.

Estarão presentes no gabinete os seguintes membros do Presidium do Partido Comunista:

- Leonid Brezhnev, o chefe nominal de Estado e presidente do Presidium do Soviete Supremo;
- Mikhail Suslov, secretário do Comitê Central e perito em ideologia e propaganda;
- Otto Kuusinen, secretário do Comitê Central do Partido Comunista;
- Alexei Kosygin, primeiro vice-diretor do Conselho de Ministros;
- Anastas Mikoyan, primeiro vice-diretor do Conselho de Ministros;
- Dmitri Polyansky, diretor do Conselho de Ministros da República Russa; e
- Frol Kozlov, secretário do Comitê Central.

Como se percebe, a composição do Presidium não está completa, uma vez que muitos membros estavam ausentes em férias ou afastados por motivos diversos (TATU, 1970). Também comparecerão

- Andrei Gromyko, Ministro de Assuntos Estrangeiros;
- Rodion Malinovsky, Ministro da Defesa;
- Matvei Zakharov, Chefe do Conselho Geral das Forças Armadas;
- Sergei Gorshkov, Comandante-em-chefe da Marinha Soviética;

- Sergei Biriuzov, Comandante-em-chefe da Força de Mísseis Estratégicos;
- Andrei Grechko, Comandante-em-chefe das Forças do Pacto de Varsóvia.

Cada um desses eminentes personagens políticos estará acompanhado de um assistente. Ao longo das negociações, todos esses indivíduos contribuirão para as decisões, mas a palavra final acerca do curso de ação a ser adotado residirá com o Premier. Observa-se na composição desse gabinete ampla diversidade entre seus membros, e deve-se notar que, enquanto alguns participantes tomaram parte nas deliberações devido a seu poder de influência política no interior do Partido Comunista, outros atuaram devido a suas qualificações e posições militares.

Esse pequeno círculo de personagens que atuaram significativamente durante a Crise dos Mísseis, contudo, é formado essencialmente por líderes que desempenhavam, regularmente, funções de administração doméstica, que não possuíam vasta experiência em assuntos exteriores, e poucos embaixadores ou diplomatas de carreira tiveram atuação relevante durante a crise. Além disso, ao contrário do ExComm norte-americano, o gabinete soviético traduzia mais diretamente as estruturas de poder regulares da União Soviética, e não contou com a presença de ex-militares ou membros da inteligência (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

6- Posições dos membros do gabinete

Leonid Brezhnev, chefe nominal de Estado e presidente do Presidium do Soviete Supremo, teve longa carreira na arena política da URSS. Após um período de atividade no Exército Vermelho, em que obteve a patente de Major General, Brezhnev voltou-se para a política já na década de 1930 e tornou-se um protegido de Khrushchev. Até 1962, Brezhnev se manteve leal a seu mentor, mas, durante a crise cubana em outubro, a posição do Premier tornou-se frágil, e a atitude de Brezhnev tornou-se ambígua. Este era mais cauteloso que o

Primeiro Ministro, cujas ações precipitadas ele responsabilizava pelo início da crise (BREZHNEV, 1993). Por outro lado, Brezhnev defendia uma postura mais rígida do bloco socialista frente aos capitalistas, e desaprovava a postura pacífica que Khrushchev adotava até 1962. Assim, conquanto ele percebesse o enorme perigo de uma guerra nuclear, ele desaprovava as concessões por parte da URSS frente às demandas dos EUA.

Alexei Kosygin, primeiro vice-diretor do Conselho de Ministros e membro do Presidium, teve um percurso semelhante ao de Brezhnev. Após servir no Exército Vermelho, ascendeu na arena política com a ajuda de Khrushchev (KISSINGER, 1979). Entretanto, sua postura com relação ao Primeiro Ministro era menos favorável que a de Brezhnev, e ele se portava com maior rigidez. Com efeito, Brezhnev e Kosygin, a esse tempo, já haviam formado uma forte aliança. Ambos percebiam nas desigualdades entre o poderio militar dos EUA e da URSS um limitador aos possíveis cursos de ação desta, de modo que defendiam um maior desenvolvimento bélico da União Soviética¹⁶. Sob essa perspectiva, a manutenção dos mísseis em Cuba permitiria um maior equilíbrio de forças entre as duas potências, e os armamentos só deveriam ser retirados da ilha caso a guerra nuclear fosse iminente.

Anastas Mikoyan, primeiro vice-diretor do Conselho de Ministros, era um dos principais aliados de Khrushchev, e se opôs a diversas tentativas de golpe contra o Primeiro Ministro. Mikoyan possuía ampla experiência como embaixador, e era favorável a uma redução das tensões da bipolaridade, de modo que defendia a solução pacífica da Crise dos Mísseis e se opunha às demonstrações de belicosidade. Mikoyan já havia sido enviado a Cuba, onde havia estabelecido relações e contatos de relevo, tendo acesso ao próprio Castro, e estava ciente da disposição do governante cubano a iniciar ataques contra quaisquer forças norte-americanas que se aproximassem da ilha, o que era fortemente desencorajado por Mikoyan (SMITHA, 2001). Segundo ele, isso

¹⁶ Para maiores detalhes sobre a política militar defendida por Brezhnev e Kosygin, ver Wolfe (1969).

seria uma forma de martírio, e não traria quaisquer benefícios além de uma “bela morte” (SMITHA, 2001, tradução livre)¹⁷.

Rodion Malinovsky, Ministro da Defesa, dava grande valor às forças bélicas convencionais, opondo-se à postura de Khrushchev, que acreditava que quaisquer conflitos seriam ganhos pela utilização dos armamentos nucleares. Para Malinovsky, as armas nucleares tinham a função de dissuadir a eclosão de conflitos, e sua utilização deveria ser evitada a qualquer custo. O ministro se mostrou cauteloso quanto às alternativas que se colocavam. Ele apontava o perigo inerente aos meios de comunicação disponíveis para Cuba, devido à possibilidade de interceptação por parte dos EUA (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Assim, mantinha-se contrário a sugestões de permitir a Cuba a utilização de armas nucleares, quer estas fossem apenas armamentos táticos, quer fossem mísseis balísticos. Malinovsky, além disso, expressou seu desagrado quanto à forma como Khrushchev dirigiu a crise, uma vez que este dava pouco valor às contribuições dos setores militares para o processo de decisão (MALINOVSKY, 1993).

Mikhail Suslov, secretário do Comitê Central, perito em ideologia e propaganda e membro do Presidium, opunha-se a Khrushchev desde muito antes da crise em Cuba. Como principal ideólogo comunista, Suslov criticava a visão do Primeiro Ministro de que a URSS logo chegaria a um estágio de comunismo completo e amadurecido, e alegava que o desenvolvimento do regime seria gradual e ocorreria ainda ao longo de muitos anos. Desde 1957, quando da Conferência Internacional Comunista em Moscou, Khrushchev buscava reduzir a influência política de Suslov, mas este se manteve ainda um personagem central na arena política da União Soviética. Assim, durante a Crise dos Mísseis, Suslov se aproveitou do clima de tensão para mobilizar personagens políticos eminentes contra Khrushchev (SUSLOV, 1993). Sua posição quanto à melhor forma de solucionar a crise não era clara, uma vez que ele buscava, essencialmente, articular a oposição a Khrushchev na arena doméstica, independente dos resultados na arena internacional. Com efeito,

¹⁷ “beautiful death”.

Suslov dava grande valor a sua posição na dinâmica política soviética, e conseguiu se manter como personagem central desde o final do governo de Stalin até a década de 1980 (DORFF, 1989).

Frol Kozlov, secretário do Comitê Central, e Otto Kuusinen, secretário do Comitê Central do Partido Comunista, ambos membros do Presidium, eram favoráveis às decisões de Khrushchev. Kozlov ascendeu politicamente devido ao auxílio do Premier, e se manteve seu aliado, devido à expectativa declarada, mas frequentemente questionada por analistas, de Khrushchev em lançar Kozlov como seu sucessor (BRESLAUER, 1990). Já Kuusinen, apesar de aliado a Khrushchev, teve uma carreira política independente, ascendendo através do Partido Comunista finlandês. Apenas em 1946 ele assumiu um cargo no Comitê Central do Partido na URSS. Na política soviética, Kuusinen era considerado um liberal, favorável à redução das hostilidades da Guerra Fria e a uma maior abertura política na URSS (KIRJASTO, 2004). Assim como Suslov, Kozlov e Kuusinen não possuíam um posicionamento forte com relação à melhor forma de resolução da crise, mas, ao contrário de Suslov, eles argumentavam a favor de Khrushchev.

Dmitri Polyansky, diretor do Conselho de Ministros da República Russa, foi um dos principais críticos da instalação dos mísseis em Cuba. Segundo ele, a culpa da crise era quase exclusivamente do Primeiro Ministro, e, ao longo dos 13 dias de outubro, Polyansky foi contrário à suspensão da operação. Segundo ele, as sucessivas concessões às demandas dos EUA prejudicariam o prestígio de URSS, que seria humilhada frente ao sistema internacional, e aumentaria a força dos EUA (JOHNSON; TIERNEY, 2003).

Andrei Gromyko, Ministro de Assuntos Estrangeiros, era um dos poucos participantes do gabinete soviético que teve experiências em assuntos exteriores, tendo assumido ao longo de sua carreira diversos cargos diplomáticos, inclusive no Reino Unido. Devido a sua formação diplomática, Gromyko era profundamente contrário ao aumento do poderio nuclear soviético. Segundo ele, as forças nucleares existentes já eram suficientes para lançar um ataque devastador, um nível de destruição inaceitável. Assim, não haveria

sentido em ampliar as forças uma vez que, segundo ele afirma, “um homem não pode morrer duas vezes” (GROMYKO, 1988). O ministro foi, portanto, um importante articulador das negociações para a suspensão da operação soviética em Cuba e a formulação de um acordo que prevenisse um ataque nuclear.

Matvei Zakharov, Chefe do Conselho Geral das Forças Armadas, teve uma longa e brilhante carreira militar, e já assumia cargos de importância mesmo antes da II Guerra Mundial (SITCHINAVA, [s.d.]). Em 1959, obteve a patente de Marechal da União Soviética. Junto com Malinovsky, Zakharov foi um dos principais líderes da URSS a aconselhar Khrushchev a enviar auxílio militar a Cuba. De fato, o memorando elaborado por ambos em maio de 1962 foi o primeiro plano real para instalação de armas nucleares soviéticas em Cuba. Entretanto, enquanto Malinovsky defendia a importância das forças convencionais, Zakharov era mais enfático em apontar a centralidade de se enviar também forças nucleares (MALINOVSKY; ZAKHAROV, 1962)¹⁸. Portanto, para Zakharov, a URSS deveria defender as bases nucleares em Cuba, uma vez que estas não apenas possibilitariam a defesa da ilha como também aumentariam o poderio soviético na arena internacional.

Sergei Gorshkov, comandante-em-chefe da Marinha Soviética, teve como principal objetivo durante o governo de Khrushchev, convencer os dirigentes soviéticos da importância da Marinha. Como já foi apontado, o Premier negligenciava as forças tradicionais, concentrando sua atenção nos armamentos nucleares. Gorshkov afirmava que uma Marinha forte era absolutamente necessária (CHIPMAN, 1982). Durante a crise dos mísseis, o comandante teve importante atuação nas decisões acerca da ação a ser tomada com relação aos navios soviéticos que estavam a caminho da ilha cubana, quando da descoberta, pelos EUA, das instalações nucleares. Além disso, Gorshkov via em Cuba a possibilidade de construção de bases navais onde submarinos com armamentos nucleares poderiam ser mantidos e lançados para percorrer a costa

¹⁸ Muitos dos documentos produzidos por Zakharov, Malinovsky e outros participantes centrais da Crise dos Mísseis podem ser encontrados no seguinte site: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/cuba.htm>>.

norte-americana, o que aumentaria significativamente a capacidade soviética de ataque sobre o território norte-americano.

Sergei Biriuzov, comandante-em-chefe da Força de Mísseis Estratégicos, fez parte da comissão de representantes soviéticos enviados a Cuba em maio de 1962 para propor ao governo de Castro o envio de armamentos nucleares (CUBAN, [s.d.]). Apesar de sua longa carreira militar e seus vastos conhecimentos bélicos, Biriuzov não possuía experiência política (BOLL, 1984). Entretanto, juntamente com Malinovsky, Zakharov, Gorshkov e Grechko, Biriuzov defendia a importância das Forças Armadas e a importância do envio de auxílio militar a Cuba.

Finalmente, Andrei Grechko, Comandante-em-chefe das Forças do Pacto de Varsóvia, devia sua alta posição no bloco comunista, em grande medida, à sua amizade com Khrushchev. Grechko havia se tornado, ao longo de sua carreira política e militar, uma autoridade nos assuntos relativos à Europa, de modo que, durante a crise de outubro de 1962, ele mantinha em pauta o tema de Berlim (ANDREI, [s.d.]). Assim como Khrushchev, Grechko tomava a questão da capital alemã como um grande problema para a manutenção do regime comunista na Alemanha, bem como para a estabilidade do bloco comunista. Portanto, para ele, a resolução da crise cubana poderia ser atrelada à solução do problema em Berlim, uma vez que concessões soviéticas em Cuba poderiam levar a concessões norte-americanas na capital alemã.

Referências bibliográficas

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. New York: Longman, 1999.

ANDREI Grechko. Disponível em:
<<http://www.fortunecity.com/victorian/riley/787/Soviet/Grechko/Grechko.html>>.
Acessado em 27 de maio de 2008.

AQUINO, Rubim Santos Leão. *História das Sociedades: Das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOLL, Michael. *Cold War in the Balkans: American foreign policy*. [S.l.]: University Press of Kentucky, 1984. Disponível em:
<<http://books.google.com.br/books?id=18Qh-3-1La8C&printsec=frontcover#PPR11,M1>>. Acessado em 09 de maio de 2008.

BRESLAUER, George. "A Cabal in the Kremlin". In: *The New York Times*. 29 de julho de 1990. Disponível em:
<<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C0CE1DF143FF93AA15754C0A966958260>>. Acessado em 10 de junho de 2008.

BREZHNEV. In: MCHENRY, Robert (ed.). *The new Encyclopaedia Britannica*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993, pp. 507-508.

CHIPMAN, Donald. "Admiral Gorshkov and the Soviet Navy". In: *Air University Review*, jul-ago. de 1982. Disponível em:
<<http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/aureview/1982/jul-aug/chipman.html>>. Acessado em 12 de maio de 2008.

"CUBAN missile crisis of october 1962". In: *Hello Cuba*. Disponível em:
<<http://www.hellocuba.ca/itineraries/308MissileCrisis.html>>. Acessado em 20 de maio de 2008.

DOLAN, Philip; GLASSTONE, Samuel. *The effects of nuclear weapons*. Washington (DC): US Department of Defense/ US Department of Energy, 1977.

DORFF, Patricia. "Book review: *The red eminence*". *Foreign Affairs*, spring 1989. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/19890301fabook7457/serge-petroff/the-red-eminence-a-biography-of-mikhail-a-suslov.html>>. Acessado em 10 de junho de 2008.

GRIEL, Peter. "In the shadow of MAD". In: *Air Force Magazine online*, vol. 84, nº.11, nov. 2001. Disponível em:

<<http://www.afa.org/magazine/nov2001/1101mad.asp>>. Acessado em 11 de junho de 2008.

GROMYKO, Andrei. *War and peace in the nuclear age* (documentário). Entrevista realizada em 13 de dezembro de 1988. Disponível em: <http://openvault.wgbh.org/wapina/barcode138481gromyko_3/index.html/>. Acessado em 05 de maio de 2008.

GUNTHER, John. *A Rússia por dentro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1959.

HAZARD, John. *The soviet system of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1969.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JERVIS, Robert. "Offense, defense, and the security dilemma". In: ART, Robert J.; JERVIS, Robert (Editor). *International politics: Enduring concepts and contemporary issues*. New York: Pearson Longman, 2007. Pp. 177-197.

JOHNSON, Dominic; TIERNEY, Dominic. "Essence of victory: Winning and losing international crises". In: *Security studies* 13, nº. 2, inv. 2003, pp. 350-381. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~dominic/2004%20-%20Johnson%20&%20Tierney%20-%20Essence%20of%20Victory.pdf>>. Acessado em 25 de abril de 2008.

KHRUSHCHEV, Nikita. *Memórias*. [S.l]: Artenova, 1971.

KIRJASTO. "Otto Wilhelm Kuusinen (1881-1964)". 2004. Disponível em: <<http://www.kirjasto.sci.fi/kuusin.htm>>. Acessado em 10 de junho de 2008.

KISSINGER, Henry. "Aleksei Kosygin". In: *Time*. Out. 1979. Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,947455,00.html>> Acessado em 20 de maio de 2008.

LANSDALE. *Memorandum for the special group (augmented)*. Office of the Secretary of Defense. Washington, D.C., 25 de julho de 1962. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/cuba_mis_cri/620725%20Review%20of%20Op.%20Mongoose.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2008.

MALINOVSKY, Rodion; ZAKHAROV, Matvei. *Memorandum on Deployment of Soviet Forces to Cuba*. 24 de maio de 1962. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB14/doc18.htm>>. Acessado em 10 de maio de 2008.

MALINOVSKY. In: MCHENRY, Robert (ed.). *The new Encyclopaedia Britannica*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993, p. 737.

MEARSHEIMER, John J.. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

PFISTER, Andrew. *Wakeup Call: Soviet Naval Policy and the Cuban Missile Crisis*. A Senior Honors Thesis. The Ohio State University, 2005. Disponível em: <<https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/1811/290/1/AndrewPfister.pdf>>.

PRUITT, Dean G.; KIM, Sung Hee; RUBIN, Jeffrey Z.. *Social Conflict: Escalation, Stalemate, and Settlement*. New York: McGraw-Hill, 1994.

SCHELLING, Thomas C. *The strategy of conflict*. Cambridge: Harvard University, 1980.

SEMPA, Francis. "Ronald Reagan and the collapse of the Soviet Empire". In: *American diplomacy*, vol. IX, nº.3, 2004. Disponível em: <http://www.ciaonet.org/olj/ad/ad_v9_3/sef01.html>. Acessado em 10 de junho de 2008.

SITCHINAVA, Dmitri. *Marshals and admirals of the fleet of the Soviet Union*. Disponível em: <<http://marshals.narod.ru/enindex.html>>. Acessado em 20 de maio de 2008.

SMITHA, Frank. "Castro, Khrushchev and Kennedy". In: *Macrohistory and world report*. [S.l.]: 2001. Disponível em: <<http://www.fsmitha.com/h2/ch24t63.html>>. Acessado em 10 de junho de 2008.

SUSLOV. In: MCHENRY, Robert (ed.). *The new Encyclopaedia Britannica*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993, pp. 416-417.

TATU, Michel. *O poder político na URSS: De Krushev à atualidade*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

TSEBELIS, George. "Jogos ocultos e racionalidade". In: *Jogos ocultos: Escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.

VAN EVERA, Stephen. "Offense, defense, and the causes of war". In: *International Security*, vol. 22, nº. 4, 1998, pp. 5-43.

WOLFE, Thomas. "Soviet foreign and defense policy under the Brezhnev-Kosygin regime". *Defense technical information center*. [S.l.], 1969. Disponível em: <<http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=AD696111&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>>. Acessado em 08 de junho de 2008.